

Mailson espera negociação rápida

por Jurema Baesse
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, inicia hoje na Europa a terceira fase da negociação da dívida externa brasileira. A primeira foi o acerto com os bancos privados, a segunda se ateve ao entendimento com o Fundo Monetário International (FMI) e a terceira será o acordo com o Clube de Paris, que reúne as entidades oficiais de crédito dos países industrializados. Nóbrega está confiante em que a reabertura das conversações formais com o Clube, marcada para o próximo dia 28, já resulte num protocolo com as condições básicas para o reescalonamento do débito brasileiro vencido em 1987 e a vencer em 1988 e 1989.

O Brasil deseja obter com as entidades oficiais condições semelhantes aquelas acertadas com os bancos, pelo menos com relação ao período a ser reescalonado. Só em 1989 o montante, entre principal e juros, chega a US\$ 2 bilhões, indicou. Tanto o ministro quanto um dos negociadores técnicos da dívida, o chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, o diplomata Sérgio Amaral, preferiram não divulgar o volume que será colocado na mesa de negociação com os credores oficiais.

O ministro da Fazenda informou que "tem notado uma melhora crescente

com relação às propostas brasileiras e que as demonstrações dos Estados Unidos, cujo banco oficial de exportação e importação (Eximbank) já abriu os seus créditos ao País, e do Japão, que também foi receptivo, são sinais importantes". Esse apoio também será buscado a partir de hoje, quando em Londres o ministro inicia os seus contatos com os representantes do governo inglês.

EMPRÉSTIMO-PONTE

Nessa etapa o ministro buscará apoio para o programa brasileiro de modo que seja possível obter recursos para o empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões e condições favoráveis no reescalonamento do seu débito junto ao Clube de Paris. Segundo Nóbrega, o Brasil é o único país na América Latina que não vem obtendo nesses últimos dois anos financiamento para as suas importações. Por essa razão, observou, é preciso buscar um acordo que seja o melhor possível.

Tradicionalmente, o Clube não oferece mais do que dez anos de prazo com cinco de carência. Na última negociação, o Brasil obteve, em 1986, seis anos com três de carência. Apenas para países em condições mais difíceis, como os da África, o Clube está oferecendo até vinte anos de prazo, e em alguns casos até o perdão da dívida.

Para o Brasil, explicou

Amaral, não seria interessante obter condições dessa forma, porque abalaria a imagem do País e impediria a abertura das agências de financiamento para as importações.

ESTOQUE GLOBAL

O estoque global da dívida do País junto ao Clube é da ordem de US\$ 17 bilhões a US\$ 18 bilhões, mas a renegociação recairá sobre o ano passado, este ano e 1989. "Não dá para nego-

ciar tudo", observou Nóbrega. No início de 1987, a então gestão do ministro da Fazenda Dilson Funaro fechou um acordo para 1986 e um entendimento condicional para 1987. Em seguida, o Brasil suspendeu os pagamentos do principal ao Clube e em fevereiro decretou a moratória. Portanto, o acordo condicional de rolagem de US\$ 500 milhões para 1987 foi suspenso, e só agora será negociado.

Desde janeiro de 1987,

portanto, o Brasil só paga juros ao Clube. A idéia é montar um esquema que permita a retomada dos pagamentos das amortizações. A expectativa do chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda é de que, depois de fechado todo o acordo externo, possivelmente em setembro, quando toda adesão ao empréstimo de US\$ 5,2 bilhões dos bancos privados tiver sido obtida e os acordos bilaterais com os países industrializados

tiverem sido fechados, seja possível que o País não tenha de voltar à mesa de negociação na gestão do presidente Sarney.

Poderá haver algum retorno para coisas pequenas, algum empréstimo novo, de valores reduzidos, por exemplo. "Tudo irá depender do balanço de pagamentos e do desempenho da economia brasileira." Mas uma negociação longa como essa, espera Amaral, irá demorar a ocorrer novamente.